

UM OLHAR SOBRE AS COMUNIDADES NEGRAS NO SERTÃO BAIANO, NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA OS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX: CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE

Célio Augusto de Oliveira[♦]
Isnara Pereira Ivo^{♦♦}

RESUMO

Neste trabalho apresentamos um estudo inicial a respeito da sobrevivência das comunidades negras do sertão na passagem do século XIX até a terceira década do século XX, aproximadamente. O estudo em questão tem como foco a mesorregião sertaneja do Norte de Minas Gerais e a Região Centro Sul da Bahia. Dialogando com o texto de Pierre Nora: *Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares*, as bibliografias regional e outras fontes que tratam da situação das comunidades negras e do ambiente sócio cultural em que estão inseridas, percebemos que este contexto revela violência, poder e negociação, ocorridas num processo de continuidade, descontinuidade e permanência, nas relações que marcaram a memória e a história dessas sociedades. Partindo desse entendimento, temos uma visão mais esclarecida das paisagens material e imaterial que formam o sertão, para além de definições apenas como espaço geográfico. Este cenário sugere que a libertação dos negros no sertão baiano não foi um acontecimento que se deu apenas com a assinatura da Lei Áurea em treze de maio de 1888 que determinou o fim da escravidão no Brasil. Pelo contrário, foi um processo lento e residual, onde a lei representou mais um Ato Jurídico do que a inserção dos negros na sociedade brasileira como um todo.

Palavras-chave: comunidade negra, memória, sertão, violência e negociação

Este artigo traz uma reflexão dos acontecimentos sócio-culturais no sertão baiano, que envolveram a sobrevivência das comunidades negras; das relações de violência, poder e negociação com as elites, formada pelos fazendeiros de gado e comerciantes. O sertão que estudamos, situa-se na mesorregião sertaneja do Norte de Minas Gerais e a Região Centro-Sul da Bahia. O período é a passagem do século XIX para o século XX, marcada pelo fim da escravidão e pelo pós-escravidão, até 1930, aproximadamente. Essa região, conhecida por sua extensão, faz parte de um mesmo tipo

[♦] Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade, oferecida pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – Vitória da Conquista.

^{♦♦} Orientadora, Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do sudoeste da Bahia – UESB.

de vegetação, clima e paisagem predominante no Nordeste. Este cenário torna-se peculiar porque traz no seu interior a intensa movimentação registrada nos documentos, nos lugares de memória que se fizeram história, nas gentes vivas e nas reflexões das inúmeras bibliografias que vem registrando, sob olhares diversos, os acontecimentos materiais e imateriais, as continuidades e as discontinuidades em torno dessas sociedades.

A partir das reflexões de Pierre Nora (1993) sobre “continuidade” e “descontinuidade”, propostas no texto: *Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares*, queremos perceber quais os sinais ou marcas da escravidão que permaneceram visíveis e invisíveis na memória e nas manifestações sociais e culturais destas sociedades, entre o fim do século XVIII e início do XIX.

Segundo Nora, a história viva é o lugar da permanência e nela o desaparecimento das criações grupais é somente uma aparência. Pelo contrário, a condição necessária para que exista memória é o sentimento de continuidade presente naquele que se lembra, sobretudo quando imerso no ambiente que foi formada. Para Nora (1993, p. 9):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Esse processo sugere que a memória de uma sociedade se reflete nas permanências e nas impermanências, porque atreladas a sistemas sociais, econômicos, políticos e outros. Por isso, as palavras memória e história não se confundem, ao contrário, se tornam interdependentes, mesmo que isso pareça contradição¹ elas estão, a um só tempo, fundadas nas tradições e nos signos², ou seja, nas tradições associadas ao lugar de origem e tudo que ela representa: nome de família, condições econômicas, poder político etc. Enfim,

podemos entender porque, de forma geral, as sociedades lutam tanto pela idéia de permanência das tradições, das culturas, dos símbolos e dos monumentos, constituindo a memória histórica, fator de identificação humana, a marca ou o sinal de sua cultura (OLIVEIRA, 2010, p. 39).

Partindo desse entendimento, temos uma idéia mais esclarecida das paisagens material e imaterial que formam o sertão, para além de definições como espaço geográfico:

As visões de sertão incluem-se pequenas cidades e logradouros, distantes uns dos outros, onde a vida é caracterizada pelas dificuldades de sobrevivência, por muita pobreza e desemprego; e as cidades se esvaziam sempre, devido à migração para os grandes centros. Nesses municípios, o resquício do coronelismo e a violência do mandonismo são muito presentes, sendo comum a perseguição e a morte de adversários políticos, entre outros abusos, sugerindo que a justiça muitas vezes se faz ausente (OLIVEIRA, 2010, p. 40).

Este cenário sugere que o processo de libertação dos negros no sertão baiano não foi um acontecimento que se deu apenas com a assinatura da Lei Áurea³, que determinou o fim do sistema escravocrata no Brasil. O fim da escravidão dos corpos, não significou o fim do domínio dos sentidos que pesavam sobre os corpos, constituiu a sobrecarga de marginalidade e dos preconceitos que continuaram se reconstruindo por meio de novos significados, por parte da sociedade e das instituições dominantes.

Tornar-se liberto não era o mesmo que tornar-se livre. Desta distinção encarregava-se a sociedade escravista de modo a perpetuar no ex-escravo as marcas de sua antiga condição servil. Mas os estigmas do cativo iam muito além do aspecto jurídico, determinando mesmo as próprias condições de vida do liberto. Ultrapassar os limites da sobrevivência e se integrar no mercado de trabalho livre, variavam na razão direta das oportunidades que lhe fossem oferecidas durante o período da escravidão (OLIVEIRA, 1988, p.11).

Como consequência da escravidão sobreveio os problemas para a integração do negro no novo sistema sócio-econômico em processo de implantação no Brasil.⁴ Dessa forma, podemos perguntar como se constituiu a construção da liberdade dos cativos entre o período de 1888 e os anos que se seguiram no sertão baiano?

O fim da escravidão no sertão baiano, assim como em outras regiões do país, como por exemplo, no sudeste cafeeiro ou nas regiões litorâneas do açúcar, não se deu com a assinatura da Carta Magna, antes, foi um processo lento e residual. Com o propósito de explorar ainda mais os negros, muitos senhores de escravos, em várias partes do Brasil, omitiram para os negros o anúncio sobre o fim da escravidão. Quanto

aos negros, muitas vezes sabendo da notícia, permaneciam confusos e com medo da violência.

No entanto, a distância do sertão em relação aos grandes centros como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, não foi suficiente para impedir que a notícia chegasse aos negros, sobretudo no sertão, nas mais diferentes localidades. Esse anúncio fomentado entre eles assinalava para outras preocupações de sobrevivência, ou seja, sobre como seria a sua situação quando não mais tivessem moradia, trabalho e meios de subsistência.

Para Ana Maria Rios e Hebe Maria Matos (2004, p. 174):

No Brasil, o fim da escravidão e as reconfigurações sociais no pós-abolição tiveram também contornos regionais específicos. A instituição praticamente se “dissolveu” no nordeste, terminando ali mais cedo do que no Centro-Sul. Um deslocamento maciço de escravos das regiões nordestinas, com destino principalmente ao sudeste, com base no tráfico interno, foi responsável por mudanças profundas nas duas regiões.

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali (2003) ao tratar da construção da liberdade dos escravos, libertos e órfãos no período de 1871-1895, no sudeste cafeeiro, região considerada reduto escravocrata, onde as fugas de escravos se processaram tardiamente e o movimento abolicionista, como espaço de luta, atuou mais no campo jurídico do que efetivamente no embate das insurreições. No entanto, os abolicionistas, bem como outros movimentos, não deixaram de fazer parte do processo de construção de liberdade no sudeste cafeeiro, especificamente em Taubaté. Por fim, Papali conclui que a elite fez da cidadania uma concessão tutelada e paternalista da inserção dos negros na sociedade, a fim de manter o controle da situação, proferindo um discurso através de jornais, onde o negro era tido como subversivo, vagabundo e ocioso.

Em se tratando do escravo na região do sertão, compreendendo o Norte de Minas Gerais e a mesorregião Centro-Sul da Bahia, temos que considerar a classificação do trabalho escravo, tanto na cidade quanto nas fazendas, principalmente aquelas de criação e manejo de gado, em dois setores: o doméstico e o de serviço. Maria Inês Côrtes de Oliveira (1988, p. 11), trata desta distinção na cidade de Salvador no século XIX, dizendo que em se tratando do mundo escravocrata, “percebe-se não existirem compartimentos tão estanques”, ou seja, no caso de necessidades, não havia distinção de funções. No caso específico do mundo sertanejo, ao qual nos referimos, entendemos por

escravo doméstico homens e mulheres que cuidavam da lida da casa do fazendeiro, cozinhando, lavando, limpando, cortando lenha, bordando, costurando. Enfim, realizando todos os serviços que comportam a lida doméstica.

Continua Oliveira (1988, p. 12):

As variáveis dependentes dos interesses do senhor estão sem dúvida, em primeiro lugar [...]. Portanto, depende da vontade do senhor determinar quem, como, onde, sob que condições, exercerá tal e qual função. Suas opções obviamente encontram-se vinculadas ao nível de riqueza, prestígio, ao contingente de escravos que possui, ao comportamento do mercado de trabalho sob determinada conjuntura.

No caso dos escravos de serviço, Oliveira (1988, p. 17) referindo-se à cidade de Salvador, diz que esses,

eram alugados para todas as modalidades de serviço e ofício, desde os mais pesados (carregadores, estivadores, serventes), aos mais qualificados (carpinteiros, ferreiros, pedreiros, alfaiates, ourives). Os anúncios mais comuns nos jornais da época se referiam aos domésticos, semiqualeificados, ou porque fossem os mais procurados ou então porque eram dirigidos a um público específico.

O escravo de serviço na região do sertão era o vaqueiro, que lidava com variados serviços como: levar o gado de um campo para o outro, transportá-los para outras regiões para a venda e para o matadouro. Muitos escravos de serviço tornaram-se tropeiros e comerciantes junto com o seu senhor. No entanto, quando se tratava da proteção da fazenda contra as investidas do banditismo, indistintamente, escravos, forros, agregados e capatazes tinham que garantir a integridade dos bens do seu senhor.

Nos centros urbanos, os comerciantes mantinham poucos escravos, muitas vezes não passavam de 04 cativos por proprietários, trabalhando nas casas como domésticos e no comércio, em armazém, em selarias, nas tabernas, na fabricação de selas e como ferreiro.

No período pós-abolição, muitos ex-escravos, sem terem para onde ir, ficavam vagando, indo e vindo em direção ao norte Minas Gerais, para o alto sertão na região de Caetité e Rio de Contas, na Chapada Diamantina⁵. Outros escravos, fugindo da fome e da seca migraram para outras localidades mais distantes e até para outros Estados.

Maria de Fátima Novais Pires (2003, p. 230) diz sobre a dinâmica social escravista no Alto Sertão:

Os insultos, calúnias e difamações, constantes em toda vida social, foram potencializadas nas sociedades escravistas diante da dominação senhorial e da violência em todas as suas esferas. Principalmente para os seguimentos sociais mais pobres, destituídos de condições materiais dignas e sob o estigma da cor, o resguardo de condutas morais tacitamente aceitas, e ainda o escamoteamento de supostos “deslizes”, além de caros nesse meio, radicalizaram as tensões internas.

No sertão, a situação no pós-abolição não se modificou, ao contrário, intensificou-se com as disputas por trabalho, por parte dos ex-escravos, e na exploração mais intensa da mão-de-obra, por parte dos fazendeiros e dos comerciantes. Não raras eram as vezes em que o trabalho era feito em troca de comida. Tornou-se comum a discriminação dos agregados que permaneceram nas fazendas, que por não terem para onde ir se submetiam à violência e aos maus tratos. Percorrendo o olhar e os sentidos nesse cenário desolador, Maria de Fátima Novais Pires (2006, p. 1) diz que:

No alto sertão, as populações pobres egressas do cativeiro estiveram continuamente no ir-e-vir por regiões mais próximas dos lugares de origem. Transitavam entre o sertão e a Chapada Diamantina, de acordo com as contingências da vida. As suas “diásporas” para São Paulo parecem ter ocorrido algum tempo depois da abolição.

Esse processo lento, de mais de 30 anos, demonstra quão forte era a necessidade dos fazendeiros de manutenção do poder sobre os ex-escravos e o do poder político que exerciam na região. Demonstra também que pelo fato dos negros terem feito parte do longo processo histórico de desbravamento e inserção das fazendas de gado, houve um processo de negociação e de acomodação, ou seja, os negros conheciam bem o ambiente e estavam adaptados ao lugar. Muitos eram os negros que no tempo da escravidão lidavam com o manejo do gado, percorrendo todo o perímetro sertanejo e até lugares mais distantes, como na região de Sorocaba no sudeste paulista⁶. Dessa forma, conheciam muito bem a forma como se processava o ambiente violento da escravidão e a forma como a sociedade, de modo geral, fazendeiros e comerciantes de gêneros e de escravos, lidavam com o negro. Esse trânsito cultural que se desenvolveu entre o sertão

e o sudeste, através do trabalho escravo, inicialmente, e depois com o trabalho do liberto, determinou, de certa forma, os espaços e os lugares que ele, negro, poderia transitar e ocupar depois da escravidão.

Ana Maria Lugão e Hebe Maria Mattos (2005), por meio da história oral, trabalham a partir de diferentes acervos documentais e desvendam as memórias e a história da família, do trabalho e da cidadania no pós-abolição, no Sudeste cafeeiro. Para elas:

Escravidão no Brasil passa a ser percebida, por cientistas sociais e historiadores, como produto de uma sociedade completamente desprovida de espaços de convivência e trabalho, na qual o escravo teria sido realmente transformado em simples mercadoria. Sem oportunidades, o desejo de construir família, viver em comunidade, apropriar-se de alguma parcela de seu trabalho ou negociar com seu proprietário, as opções dos homens e mulheres cativos se restringia a completa submissão ou a fuga, ao suicídio e ao crime, únicas possibilidades de resistência à despersonalização decorrente da condição cativa (RIOS e MATTOS, 2005, p. 22).

Essa falta de espaço, de opção e de oportunidade, fez de homens e mulheres negros reféns de sua própria sorte. Era mais seguro lutar para uma situação de vida melhor para si e para sua família, no ambiente que conhecia e que já havia ocupado, na profissão em que havia se formado, seja como vaqueiro, tropeiro, agricultor e até como caseiro. Arriscar o futuro em outro ambiente seria perigoso demais.

Mesmo quando ainda era cativo, o negro sertanejo gozava de “certa liberdade”, sobretudo nos últimos anos que antecederam o fim da escravidão. Nesse ambiente foi se formando as amizades, os fortes laços de parentesco em decorrência dos casamentos e pelos batizados, e, acima de tudo, muitas famílias já estavam estabelecidas em pequenos pedaços de terras que o fazendeiro lhes havia concedido para plantar e criar pequenos animais.

Nesse sentido, percebemos outra prática comum das relações sociais e culturais escravas, dos agregados, livres e senhoriais, que era o “compadrio”, quando o pai “dava” o filho para batizar, seja a um parente ou a um conhecido, que em muitos casos poderia ser o fazendeiro. Dessa forma, os laços de pertença e submissão⁷ aumentavam formando o elo de que precisava o fazendeiro para manter o controle social nas regiões.

Stuart Schwartz (2001, p. 266) diz que:

Tais laços também tinham uma dimensão social fora da estrutura da igreja. Podiam se usados para reforçar laços de parentesco já existentes, ou solidificar relações com pessoas de classe social semelhante, ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais. Podiam-se estabelecer relações de compadrio de diversas maneiras: por intermédio de casamento, crisma, ou mesmo em certas festividades, como a do dia de São João, quando, ao dar as mãos e pular a fogueira.

No sertão baiano, as práticas violentas do mandonismo e do coronelismo, presentes na figura do fazendeiro, que mandava e desmandava na vida das pessoas e nas instituições públicas, nos permite compreender os espaços que o negro poderia transitar no período do cativo e nos anos que se seguiram. Isnara Pereira Ivo (2004) destaca, no livro *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*, a luta ocorrida em 1895 entre membros de uma mesma família, chefes políticos de Vitória da Conquista. Esta obra não busca explicação apenas para o passado, mas chama a atenção para a continuidade, a descontinuidade e a permanência do poder com que as elites controlam a política baiana, sobretudo a permanência desse controle no sertão. Ivo (2004, p. 74) destaca:

Esses grupos não dirigiam o município em nome da maioria. A estrutura política e administrativa do Estado brasileiro, somada a uma cultura política alicerçada na dominação, proporcionou aos senhores de terras, além da propriedade dos meios de produção, o controle social e o destino político da população, fosse ela rural ou urbana. Foi justamente a partir das vilas imperiais que o Estado se instalou nos grotões do interior do país.

No sertão baiano, as práticas violentas do mandonismo, exposto na figura do fazendeiro, do coronelismo, que mandavam e desmandavam na vida das pessoas e nas instituições públicas nos permite compreender os espaços que o negro poderia transitar no período do cativo e nos anos que se seguiram depois. Isnara Pereira Ivo (2004) destaca no livro *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*, a luta ocorrida em 1895 entre membros de uma mesma família, chefes políticos de Vitória da Conquista. Esta obra não busca explicação apenas para o passado, mas chama atenção para continuidade, descontinuidade e a permanência do poder com que as elites controlam a política baiana, sobretudo a permanência desse controle no sertão. Ivo (2004, p. 30) destaca “no que se refere à Bahia essa necessidade

torna-se mais imperativa uma vez que os estudos das regiões do interior do Estado têm diferentes formas de manifestação do mandonismo”.

Enfim os olhares que apresentamos, voltados para a memória e a história, nos possibilitam captar e registrar as mudanças e as permanências nas tensões sociais que envolveram essa parte do sertão baiano. Essa tentativa de reconstrução, numa visão que ora percebe de forma clara os acontecimentos, ora percebe visões embaçadas são tentativas de elucidar a realidade. Assim, torna-se possível, através de novas lentes, ampliar o olhar sobre este tema tão amplo e difícil, mas instigante, que é a sobrevivência material e imaterial das comunidades negras sertanejas.

REFERÊNCIAS

IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte, contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2004.

NORA, Pierre. *Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História. São Paulo: PUC nº 10 dez. 1993.

OLIVEIRA, Célio Augusto de. *Quenta Sol: a história e a memória de uma comunidade negra através da sua oralidade*. Dissertação de Mestrado: Unesp-Franca, 2010.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: seu mundo e outros*. São Paulo: Corrupio, 1988.

PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

PIRES, Maria de Fátima. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia – rio de Contas e Caetité – 1830-1888*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003

_____. *Ex-escravos no alto sertão da Bahia: fios da vida*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O HISTORIADOR E SEU TEMPO. Assis: ANPUH/SP – UNESP/ Assis, 24 a 28 de julho de 2006. CD-ROM.

_____. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de cima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. *A pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. Revista Tópoli, v. 5, n. 8, jan-jun. 2004, pp. 170-198.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 30ª ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert W. & MELLO, Pedro Carvalho de. *Paternalism e Social Control In a Slave Society: The Coffe Regions of Brazil, 1850-1888*. In: *ANAIS DO 9º CONGRESSO DE SOCIOLOGIA*. Uppsala, 1978. Mimiografado.

1 Pierre Nora (1984, pp. 11-47) afirma que não existe conflito entre memória e história. Longe se “serem sinônimas, tomamos consciência de tudo ao que se opõe”.

2 Signo esta ligado ao estudo da Semiologia que estuda todos os fenômenos de significação. Ver SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 30ª ed. São Paulo, Cultrix, 2002.

3 A assinatura da Lei Áurea, foi o início de um processo lento e residual de libertação dos escravos. A assinatura constituiu-se uma ação abrupta que não levou em consideração a acomodação da grande massa de negros e sua determinante para a constituição da unidade nacional.

4 Veja em: RIOS e MATOS. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. Revista Tópili. V. 5, n. 8, jan-jun 2004, p. 172. Tratam dessa questão, enfatizando o “projeto camponês”, a política e a garantia da terra como garantia da sobrevivência em diferentes situações regionais.

5 Essa região, desde o século XVII foi rota para viajantes, comerciantes, vaqueiros e tropeiros entre Minas Gerais e a Chapada Diamantina. Ver. PIRES, Maria de Fátima. *Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*, São Paulo: annablume, 2009.

6 Muitos eram os casos de cativos vaqueiros que transportavam gado para Salvador, toda Chapada Diamantina, Minas Gerais, e até a Região de Sorocaba. O comércio, via tropeirismo feito por cativos também era intenso por essas regiões. Daí percebemos o intenso trânsito cultural que se somou entre essas regiões.

7 Ver SLENES, Robert W. & MELLO, Pedro Carvalho de. *Paternalism e Social Control*. In. *A Slave Society: The Coffe Regions of Brazil, 1850-188*. In: *ANAIS DO 9º CONGRESSO DE SOCIOLOGIA*. Uppsala, 1978. Mimiografado.